


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA
CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **1002276-45.2017.8.26.0566**
 Classe Assunto: **Procedimento Comum - Bem de Família**
 Requerente: **Cícero Evangelista da Silva**
 Requerido: **Evair Aparecida Costa**
 Data da audiência: **04/04/2017 às 15:30h**

Aos 04 de abril de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito dr. Paulo César Scanavez, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de conciliação, nos autos autos da ação e entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes se encontravam o requerente e seu advogado, dr. Divaldo Evangelista da Silva; a requerida. Proposta a conciliação foi a mesma aceita e nos termos seguintes: **1)** a requerida reconhece que a parte ideal que coube ao autor no imóvel objeto da matrícula nº 34.243 do CRI de Ibitinga-SP, fruto de herança deixada pela mãe do autor, Maria do Carmo da Silva, efetivamente não se comunica a ela requerida; **2)** as partes pedem a homologação desta transação e que este termo sirva de mandado de averbação ao Oficial do CRI de Ibitinga-SP para constar que a parte ideal de 1/16 avos pertence, com exclusividade, ao autor. Essa declaração não se confunde com atribuição, não incidindo imposto algum. **3)** As partes se divorciaram por sentença proferida pela 4ª Vara Cível de São Carlos e que transitou em julgado em 20.4.2011. Na oportunidade, não foi efetivada a partilha desse imóvel, mesmo porque de partilha efetivamente não se tratava, razão do pleito confirmatório da incommunicabilidade do imóvel pertencente tão só ao autor. O juiz proferiu a seguinte sentença: "**Homologo** o acordo celebrado pelas partes para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Há resolução de mérito, nos termos da letra "b" do inciso III, do art. 487, do CPC. **Este termo de audiência, com resolução consensual e sentença homologatória, servirá de mandado de averbação ao CRI de Ibitinga-SP**, para constar na matrícula nº 34.243, que a parte ideal de 1/16 avos do imóvel ali descrito (casa residencial, construída de tijolos e coberta de telhas, situada em Ibitinga-SP, na Rua Prudente de Moraes, 1.770, e respectivo terreno que constituiu o lote nº 18, da quadra 'T', do Jardim Paulista, medindo 10m de frente, por 25,70m da frente aos fundos, confrontando na frente com a referida via pública, de um lado com o lote 17, de outro lado com o lote 19, e nos fundos com o lote 9, todos da quadra 'T', cadastrado na Prefeitura Municipal de Ibitinga, sob número 0003.0171.0004-04, como lote 18, quadra 09, área


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos1fam@tjsp.jus.br

de 257m²) pertence, com exclusividade, ao autor, por força do regime da comunhão parcial de bens, pois se trata de bem oriundo de herança deixada pelo passamento da mãe dele autor. Este é beneficiário da **AJG**, para todos os fins de direito, inclusive para o oficial do CRI efetivar a averbação. **Esta sentença também fará as vezes de ofício ao MM. Juiz Corregedor Permanente do CRI para exarar o seu 'cumpra-se' para a efetivação da averbação supra.** Não incide imposto sobre essa declaração de incomunicabilidade à ex-cônjuge, porquanto não se confunde com atribuição de bem fruto de partilha. Publicada nesta audiência, saem os presentes intimados. As partes desistiram do prazo recursal, o que foi homologado pelo juiz. Com a assinatura digital lançada neste termo dar-se-á AUTOMATICAMENTE o trânsito em julgado, dispensado o cartório de expedir certidão específica, valendo este registro para todos os fins. **O advogado do autor está recebendo cópia deste termo para apresentá-lo ao Oficial do CRI referido. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente."** - *Cópias deste termo de audiência, assinado eletronicamente pelo Juiz, estão sendo impressas e serão assinadas fisicamente pelos presentes (escrevente, partes, advogados/defensores, procuradores, etc) e entregues aos advogados/defensores das partes, sendo que eventuais contradições na transcrição devem ser suscitadas oralmente no momento da realização deste ato (assinatura física), sob pena de preclusão, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 169 do CPC, dispensando-se a digitalização do termo* - . Eu, _____, José Arildo Gobbo Júnior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz (assinatura digital):

Requerente:

Adv. Requerente:

Requerida: